O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0010537-21.2020.5.03.0010 em 15/12/2021 16:41:04 - cd291ba e assinado eletronicamente por:

- MARCO ANTONIO BARBOSA OLIVEIRA JUNIOR

Consulte este documento em:
https://pje.trt3.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
usando o código**21121516403707600000140119908**

EDITAL DE LEILÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO – TRT-3 – **10ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG. NÚMERO DO PROCESSO CNJ:** 0010537-21.2020.5.03.0010. **EXEQUENTE:** IVAN FERREIRA GOMES. **EXECUTADO:** SPAVIAS ENGENHARIA LTDA e outros. O leilão ocorrerá na modalidade **exclusivamente eletrônico**, e realizado nos sites dos leiloeiros: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br; O presente Edital de Leilão e demais informações estão disponíveis nos sites ou pelos telefones (31) 3207-3900 / 3024-4451.

DATA DO LEILÃO: 09/03/2022 a partir das 9h00min. Na hipótese de ser infrutífera a alienação, será realizado o 2º leilão no dia 06/04/2022 no mesmo horário e condições.

OBSERVAÇÃO: Se tratando de leilão realizado simultaneamente nas plataformas www.marcoantonioleiloeiro.com.br e www.saraivaleiloes.com.br, o lance ofertado em um dos sites, será replicado no outro, sob o codinome "lancador".

LANCE MÍNIMO: No 1º e 2º leilão (se houver), serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, qual seja, **30% do valor da avaliação**.

DESCRIÇÃO DOS BENS: 01) Veículo Fiat/Ducato Minibus 2.8 turbo diesel, cor branca, placa GVQ5989, Chassi 93W244M2382016480, ano fabricação 2007, ano modelo 2008, sem os bancos traseiros, com as rodas desmontadas, com caixa e motor, veículo sem bateria e não testado na data da avaliação. **ÔNUS**: Consulta Detran/MG em Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 - 12 horas e 41 minutos: Este Veículo não tem Autuação e não tem Multas. Restrição Judicial de Circulação (2) e Impedimento Judicial (2). Veículo licenciado em: 24/09/2012. Avaliado em R$45.000,00; **02)** Veículo Fiat/Doblo Adventure 1.8, flex, placa HKK1601, Chassi 9BD11940581054268, ano fabricação 2008, ano modelo 2008, cor cinza, em bom estado de conservação, com caixa de transmissão, com motor, não testado, na data da penhora. **ÔNUS:** Consulta Detran/MG em Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 - 12 horas e 59 minutos: Este Veículo não tem Autuação e não tem Multas. Restrições Judiciais de Licenciamento (1), Circulação (2) e Transferência (1). Veículo licenciado em: 11/04/2012. Avaliado em R$30.000,00; **03)** Veículo Micro ônibus Marcopolo/Volare W8 ON, placa GSW2952, Chassi 93PB12E3PBC037091, ano fabricação 2011, ano modelo 2011, cor azul, sem pneus e rodas, sem a lanterna traseira do lado do carona, sem duas das janelas, em mal estado de conservação, com caixa de transmissão, com motor, com os bancos, sem bateria, não testado na data da penhora. **ÔNUS:** Consulta Detran/MG em Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 - 13 horas e 06 minutos: Este Veículo não tem Autuação e não tem Multas. Restrição Judicial de Circulação (2) e Transferência (1). Veículo autuado por débito de IPVA. Agente Financeiro informa que o favorecido quitou Restrição Financeira. Esta Desalienacao só será processada após a emissão de um novo CRV através da opção de inclusão e retirada de Restrição Financeira. Veículo licenciado em: 24/05/2012. Avaliado em R$70.000,00; **04)** Veículo Micro ônibus Marcopolo/Volare W8 ON, placa GSW1551, Chassi 93PB12E3PBC037053, ano fabricação 2011, ano modelo 2011, cor azul, em pneus e rodas, com caixa de transmissão, com motor, com os bancos, em mal estado de conservação, sem bateria, não testado na data da penhora. **ÔNUS:** Consulta Detran/MG em Terça-feira, 14 de Dezembro de 2021 - 13 horas e 14 minutos: Este Veículo não tem Autuação e tem 2 multas. Restrição Judicial de Circulação (2) e Transferência (1). Veículo autuado por débito de IPVA. Agente Financeiro informa que o favorecido quitou Restrição Financeira. Esta Desalienacao só será processada após a emissão de um novo CRV através da opção de inclusão e retirada de Restrição Financeira. Avaliado em R$73.000,00. **TOTAL DA AVALIAÇÃO:** R$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais). **LOCALIZAÇÃO DOS BENS**: Rua Adelino Testi, nº 50, Olhos D'água, Belo Horizonte/MG.

FORMA DE PAGAMENTO: O leilão será aberto somente para pagamento à vista.

CONDIÇÕES DO LEILÃO: Por ordem do M.M juízo, o presente leilão será regido pelo Decreto Lei 21.981/32; Código Penal; CLT, CPC e CTN, nas seguintes condições:

1º) O leilão será realizado pelos Leiloeiros Ângela Saraiva Portes Souza e Marco Antônio Barbosa de Oliveira Júnior, nas datas e horário acima, podendo ser prorrogado por 00h30min. Os leiloeiros ficam autorizados a alternar a sequência de lotes caso julguem necessário.

2º) O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região reserva-se o direito de incluir ou excluir bens do leilão.

3º) Nos termos do art. 887 §2º do CPC, o presente edital será publicado nos sites: www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br.

4º) Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá realizar o cadastro e se habilitar nos sites dos leiloeiros (www.saraivaleiloes.com.br e www.marcoantonioleiloeiro.com.br) e, somente após a análise dos documentos obrigatórios e liberação do *login*, poderá ofertar os lances.

5º) Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS".

6º) Considerando que os Leiloeiros não possuem acesso ao sistema interno do DETRAN onde são informados os gravames que recaem sobre o veículo, estas informações serão disponibilizadas pela secretaria do juízo.

7º) Ficará a cargo do arrematante, as despesas referentes à transferência de propriedade, retirada e transporte do veículo. Deverá também o arrematante, proceder à pesquisa junto ao DETRAN antes da arrematação, para que tenha ciência de todas as despesas com impostos, taxas e multas incidentes ou que possam incidir sob o veículo.

8º) Conforme despacho de id a684d69 proferido pelo MM. Juiz do Trabalho "*Nos termos do parágrafo único do artigo 130, do CTN, o(a)arrematante fica isento dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos à taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição de melhoria da União, Estados, Municípios ou Distrito Federal, salvo quando conste do título da prova de quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa. (Redação dada pelo Ato Nº 10/GCGJT, de 18 de agosto de2016)*".

9º) Deverá o fiel depositário do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

10º) Os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para o recebimento de lances até o fim do expediente dos Leiloeiros, desde que respeitadas todas as condições do leilão realizado. Eventualmente, no tocante aos bens que não receberem lances, em atendimento aos princípios da economia e celeridade processual, poderão os Leiloeiros receberem propostas condicionais para que sejam levadas à apreciação do Magistrado, até o fim do ato de leilão.

11º) Pelos serviços prestados, caberão aos Leiloeiros o recebimento de comissão no percentual de 10% sobre o valor da arrematação, **a ser paga pelo arrematante**.

12º) A comissão dos Leiloeiros deverá ser depositada na sua integralidade, em conta bancária que será informada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro, **impreterivelmente até o dia subsequente à realização do leilão**, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16h00min.

13º) O pagamento da arrematação será feito através de guia judicial que será encaminhada ao arrematante por meio do e-mail indicado no cadastro.

14º) O valor da arrematação deverá ser integralmente pago **impreterivelmente nas 24 (vinte e quatro) horas úteis subsequente ao leilão**, conforme art. 888, §4º da CLT, e o comprovante deverá ser enviado aos Leiloeiros no e-mail financeiroleilao.trt3@gmail.com, na mesma data, até às 16h00min.

15º) No caso de inadimplemento ou desistência da arrematação, por qualquer motivo, exceto os previstos em lei, o arrematante não terá direito à devolução da comissão dos Leiloeiros, que reterão o valor correspondente. Na hipótese de não pagamento da comissão, os Leiloeiros poderão promover a execução do valor devido nos próprios autos ou, ainda, levar o título (auto de arrematação) a protesto perante o Cartório competente, nos termos do art. 245 §4º do Provimento Geral Consolidado do TRT da 3ª Região.

16º) Nos termos do PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DO TRT DA 3ª REGIÃO, TÍTULO XV, Art. 245, § 3° e §5º se o bem for arrematado, no caso de acordo ou pagamento da dívida (remição) se requeridos após o leilão, os leiloeiros serão remunerados com o correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado no dia da remição, e no caso de Adjudicação, a remuneração dos leiloeiros será paga pelo adjudicante e será depositada antes da assinatura da respectiva carta.

17º) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

18º) A Nota de Arrematação será expedida pelos Leiloeiros após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

19º) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos no item 15º.

20º) Ficam desde já intimados do 2º leilão, que ocorrerá na data indicada neste edital, se o bem não for arrematado no 1º leilão, as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas.

21º) Nos termos do art. 358 do Código Penal, quem impedir, perturbar ou fraudar a arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito à pena de detenção de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em **15/12/2021.**